



Evento:XXX Jornada de Pesquisa

A INVISIBILIDADE DO ESSENCIAL: ECONOMIA DO CUIDADO E AS DESIGUALDADES ESTRUTURAIS ¹

**Daniel Hedlund Soares das Chagas², Daniel Claudy da Silveira³, Sandra Vidal
Nogueira⁴, Tarcisio Dorn de Oliveira⁵**

¹ Pesquisa desenvolvida junto ao Grupo de Pesquisa Espaço Construído, Sustentabilidade e Tecnologias (GTEC). O texto faz parte das reflexões oriundas do Projeto de Pesquisa “Patrimônio territorial urbano: a preservação da arquitetura patrimonial e suas inter-relações com a memória, identidade, pertencimento, cidadania e o planejamento das cidades”.

² Doutorando em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Bolsista Capes.

³ Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul.

⁴ Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁵ Doutor em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ).

INTRODUÇÃO

A partir dos anos 1980, o conceito de cuidado ganhou centralidade nas ciências sociais, impulsionado pelas reflexões feministas que evidenciaram sua invisibilização e desvalorização, sobretudo por ser uma atividade historicamente atribuída às mulheres. Tronto (1993) contribuiu decisivamente ao definir o cuidado como uma prática relacional e cotidiana, essencial à sustentação da vida humana, desafiando a lógica individualista e produtivista dominante. Para a autora, cuidar exige atenção, responsabilidade, competência e capacidade de resposta, compondo uma ética que valoriza a interdependência e o compromisso com o outro. Nessa perspectiva, o cuidado deve ser reconhecido como uma dimensão fundamental da vida social, com relevante valor ético e político, sendo necessária sua valorização nos debates acadêmicos e na formulação de políticas públicas.

Apesar de sua centralidade para a reprodução da vida, o cuidado segue subvalorizado e mal remunerado no contexto do mercado capitalista, refletindo uma lógica econômica que ignora seu valor social e aprofunda desigualdades de gênero, já que esse trabalho recai majoritariamente sobre as mulheres. Folbre (2001) argumenta que o cuidado deve ser compreendido como um bem público, cujos efeitos positivos se estendem a toda a sociedade, embora não seja adequadamente remunerado pelo mercado capitalista. Sua desvalorização, portanto, evidencia a urgência de políticas públicas que reconheçam, valorizem e redistribuam essa atividade de forma mais justa, tornando-se necessário reconceituar o cuidado como



elemento estruturante do bem-estar coletivo e da justiça social, superando sua marginalização nas esferas econômica e institucional.

Federici (2017) associa o cuidado ao trabalho reprodutivo invisibilizado pelo capitalismo, essencial à manutenção da força de trabalho e à acumulação de capital. Ao mostrar que esse trabalho, majoritariamente feminino, é naturalizado e não remunerado, denuncia as bases desiguais da economia capitalista. Assim, o cuidado é retirado da esfera privada e reconhecido como estrutura central da vida social. Com base nesse referencial, este texto propõe uma reflexão sobre a Economia do Cuidado em três frentes: agendas internacionais, divisão sexual do trabalho e cuidado como infraestrutura social essencial.

METODOLOGIA

Este estudo utiliza uma abordagem qualitativa de caráter exploratório, fundamentada em revisão bibliográfica e pesquisa documental, com o objetivo de compreender os fundamentos teóricos e os contextos históricos que estruturam a Economia do Cuidado. A metodologia é adequada para analisar fenômenos sociais complexos, como as interseções entre gênero, trabalho e políticas públicas. A análise dos dados segue a técnica de análise de conteúdo categorial de Bardin (2015), permitindo identificar padrões, sentidos e significados, e construir uma leitura crítica sobre o tema, ao considerar três categorias centrais: (1) Divisão Sexual do Trabalho, (2) Cuidado como Infraestrutura Social e (3) Economia do Cuidado nas Agendas Internacionais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os marcos teóricos desafiam as premissas da economia ortodoxa ao deslocarem o foco da análise econômica para as relações de gênero, a divisão sexual do trabalho e a ética do cuidado, aspectos historicamente marginalizados. Ao reconhecerem o cuidado como atividade fundamental para a reprodução da vida e para o funcionamento das economias, essas abordagens propõem uma reformulação crítica do campo econômico. Essa perspectiva amplia o entendimento sobre o valor do trabalho reprodutivo e evidencia a necessidade de incluir dimensões sociais e afetivas na análise econômica, reafirmando o cuidado como elemento estruturante da vida social, da justiça e da sustentabilidade coletiva, a saber:



Divisão Sexual do Trabalho: A divisão sexual do trabalho é uma estrutura social duradoura que historicamente atribui às mulheres a responsabilidade pelas atividades de cuidado, tanto no espaço doméstico quanto no mercado de trabalho. De acordo com Hirata e Kergoat (2007), essa divisão reforça a associação entre o feminino e o cuidado, sustentando desigualdades materiais e simbólicas. No mercado, essa lógica se manifesta na predominância de mulheres em ocupações precárias e mal remuneradas, especialmente nos setores de saúde, educação e assistência, sendo que esse processo aprofunda a subordinação feminina e contribui para a desvalorização do cuidado como atividade econômica e socialmente relevante.

Os marcadores sociais de gênero, raça e classe influenciam diretamente quem realiza o trabalho de cuidado e em quais condições, revelando que mulheres negras e pobres ocupam, majoritariamente, posições mais precarizadas e desvalorizadas. Beauvoir (2012) já denunciava a construção social da feminilidade, demonstrando que os papéis atribuídos às mulheres, especialmente os ligados ao cuidado, são produtos históricos e culturais, e não naturais. Essa crítica é aprofundada pelas abordagens interseccionais contemporâneas, que evidenciam como diferentes formas de opressão se entrelaçam, perpetuando desigualdades estruturais no acesso a direitos, condições de trabalho e reconhecimento social.

Cuidado como Infraestrutura Social: Hirata (2016) propõe o conceito de regimes de cuidado para descrever os diferentes arranjos institucionais, culturais e familiares adotados por cada sociedade para organizar, distribuir e prover o cuidado. Para a autora, esses regimes refletem normas sociais, políticas públicas e relações de poder que determinam quem cuida, como cuida e em que condições esse cuidado é realizado. Nessa perspectiva, o cuidado é concebido como uma infraestrutura invisível, mas absolutamente essencial à reprodução social e ao funcionamento das economias. Ao tornar visíveis essas estruturas, Hirata (2016) contribui para o reconhecimento do cuidado como parte integrante das dinâmicas sociais, exigindo seu enfrentamento como questão pública e política.

A acumulação de capital e a lógica do mercado têm levado ao desinvestimento em instituições públicas e redes de apoio coletivo, transferindo a responsabilidade do cuidado para as famílias, especialmente para as mulheres. Fraser (2016) interpreta essa dinâmica como uma crise estrutural do capitalismo, que depende da externalização e invisibilização dos custos associados à reprodução social, visto que, essa crise do cuidado, longe de ser um problema individual ou conjuntural, revela falhas sistêmicas profundas. Portanto, enfrentá-la exige mais



do que reformas pontuais: requer uma transformação estrutural que coloque a justiça social e a sustentação da vida no centro das decisões políticas e econômicas.

Economia do Cuidado nas Agendas Internacionais: A partir da década de 2000, o cuidado passou a ganhar visibilidade nas agendas de organismos internacionais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), refletindo um reconhecimento crescente da centralidade dessa dimensão para a justiça social e a equidade de gênero. A Cepal, em especial, destacou-se ao propor o tripé “reconhecer, redistribuir e reduzir” o trabalho de cuidado como estratégia fundamental para enfrentar as desigualdades de gênero (Cepal, 2020).

Essa abordagem busca reconhecer o valor do cuidado, redistribuir sua responsabilidade entre Estado, famílias, mercado e comunidade, e aliviar a sobrecarga imposta às mulheres. A Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2018) estima que investimentos em infraestrutura de cuidado podem gerar milhões de empregos até 2030, impulsionando o crescimento econômico e a equidade de gênero. Faz-se necessário ressaltar a importância de valorizar o cuidado, remunerado ou não, nas estatísticas e contas nacionais, reconhecendo-o como elemento estratégico para as políticas públicas e para o desenvolvimento social e humano sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A emergência do cuidado como objeto de políticas, estudos e estatísticas é um fenômeno relativamente recente, mas absolutamente urgente, haja vista que em contextos de crise econômica, social e ambiental, a revalorização do cuidado aparece como condição indispensável para a construção de sociedades mais justas e igualitárias. Tornar visível esse trabalho, redistribuí-lo de forma equitativa entre Estado, mercado, comunidade e famílias, e assegurar condições dignas para quem cuida são passos fundamentais. A Economia do Cuidado, portanto, desafia estruturas históricas de dominação e propõe uma reorganização social baseada na justiça, no reconhecimento e na centralidade da vida.

A Economia do Cuidado constitui uma lente crítica e transformadora para a análise das desigualdades de gênero e da sustentabilidade da vida, pois ao evidenciar a centralidade do



cuidado para a reprodução social, essa perspectiva questiona as bases da economia tradicional, que historicamente invisibiliza o trabalho não remunerado, majoritariamente realizado por mulheres. Valorizar o cuidado exige repensar a divisão sexual do trabalho, enfrentar desigualdades interseccionais de gênero, raça e classe, e implementar políticas públicas estruturantes que reconheçam o cuidado como um bem comum, pois trata-se de uma mudança paradigmática que recoloca a vida no centro das prioridades econômicas e sociais.

Palavras-chave: economia do cuidado; divisão sexual do trabalho; infraestrutura social; agendas internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2015.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**. Editora Nova Fronteira, 2012

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **CEPAL pede um novo futuro mediante recuperação transformadora com igualdade e sustentabilidade**. 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/97952-cepal-pede-um-novo-futuro-mediante%C2%A0recupera%C3%A7%C3%A3o-transformadora-com-igualdade-e>. Acesso em: 24 jul. 2025.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FOLBRE, N. **O coração invisível: economia e valores familiares**. Nova Iorque: Editora New Press, 2001.

FRASER, N. Contradições do capital e cuidados. **Cadernos Pagu**, n. 47, 2016.

HIRATA, Helena. **Gênero, trabalho e cuidado**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

HIRATA, H.; KERGOAT, D.. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595–609, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabalho de cuidado e empregos de cuidado para o futuro do trabalho decente**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2018.

TRONTO, J. **Fronteiras morais: um argumento político para uma ética do cuidado**. Nova Iorque: Routledge, 1993.